

**ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE IBEMA**

**AUDIÊNCIA PÚBLICA
DE AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO
DAS METAS FISCAIS**

3º QUADRIMESTRE/2018

EXIGÊNCIA LEGAL

Lei Complementar nº101, de 04 de Maio de 2000, Art. 9º, § 4º

Art. 9º - Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela Lei de Diretrizes Orçamentárias.

§ 4º - Até o final dos meses de Maio, Setembro e Fevereiro, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em Audiência Pública na comissão referida no § 1º do Art. 166 da Constituição ou equivalente nas Casas Legislativas estaduais e municipais.

TEMAS A SEREM APRESENTADOS

- Execução Orçamentaria
- Metas Arrecadação
- Cronograma de Desembolso
- Resultado Nominal
- Resultado Primário
- Aplicação de Recursos em Saúde (15%)
- Aplicação de Recursos em Educação (25%)
- Aplicação dos Recursos Recebidos do FUNDEB (60%)
- Despesas com Pessoal
- Restos à Pagar
- Ações de Investimentos Previstas na LDO e LOA

RECEITA ORÇAMENTÁRIA

Lei 4.320/64, Art. 2º, § 1º e 2º

Lei 4.320/64, Art. 2º - A Lei do Orçamento conterá a discriminação da receita e despesa de forma a evidenciar a política econômica financeira e o programa de trabalho do Governo, obedecidos os princípios de unidade universalidade e anualidade.

§ 1º Integrarão a Lei de Orçamento:

I - Sumário geral da receita por fontes e da despesa por funções do Governo;

II - Quadro demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas, na forma do Anexo nº1;

III - Quadro discriminativo da receita por fontes e respectiva legislação;

IV - Quadro das dotações por órgãos do Governo e da Administração.

§ 2º Acompanharão a Lei de Orçamento:

I - Quadros demonstrativos da receita e planos de aplicação dos fundos especiais;

II - Quadros demonstrativos da despesa, na forma dos Anexos nº6 a 9;

III - Quadro demonstrativo do programa anual de trabalho do Governo, em termos de realização de obras e de prestação de serviços.

RECEITA ORÇAMENTÁRIA

Lei 4.320/64, Art. 2º, § 1º e 2º

Receita Arrecada em Exercícios Anteriores

Exercício	Valores
2014	15.996.711,62
2015	16.852.803,33
2016	18.362.037,82
2017	18.692.527,05

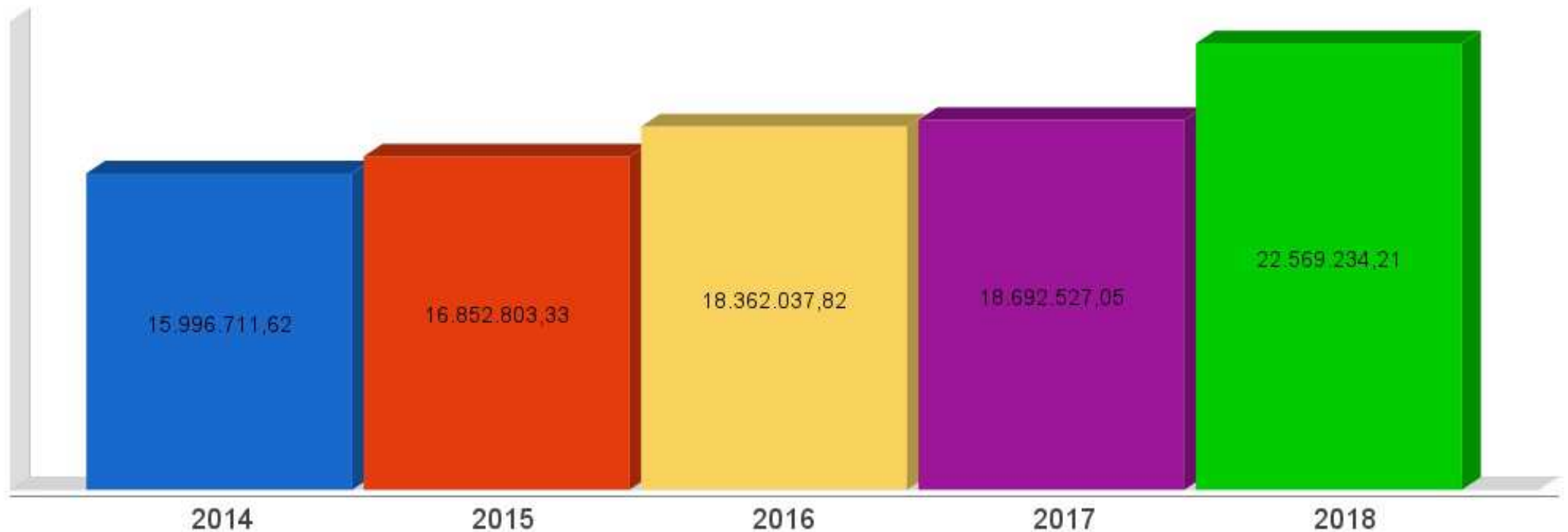
Receita Arrecadada até 3º Quadrimestre/2018

Receita Orçamentária	22.569.234,21
Média Mensal	1.880.769,52

RECEITA ORÇAMENTÁRIA

Lei 4.320/64, Art. 2º, § 1º e 2º

Evolução da Receita Orçamentaria



DESPESA ORÇAMENTÁRIA

Lei 4.320/64, Art. 2º, § 1º e 2º

Despesa Realizada em Exercícios Anteriores

Exercício	Empenhado	Liquidado
2014	16.828.838,19	15.659.268,01
2015	15.786.461,81	15.444.152,41
2016	17.093.220,23	16.771.708,09
2017	16.308.517,43	16.121.504,52

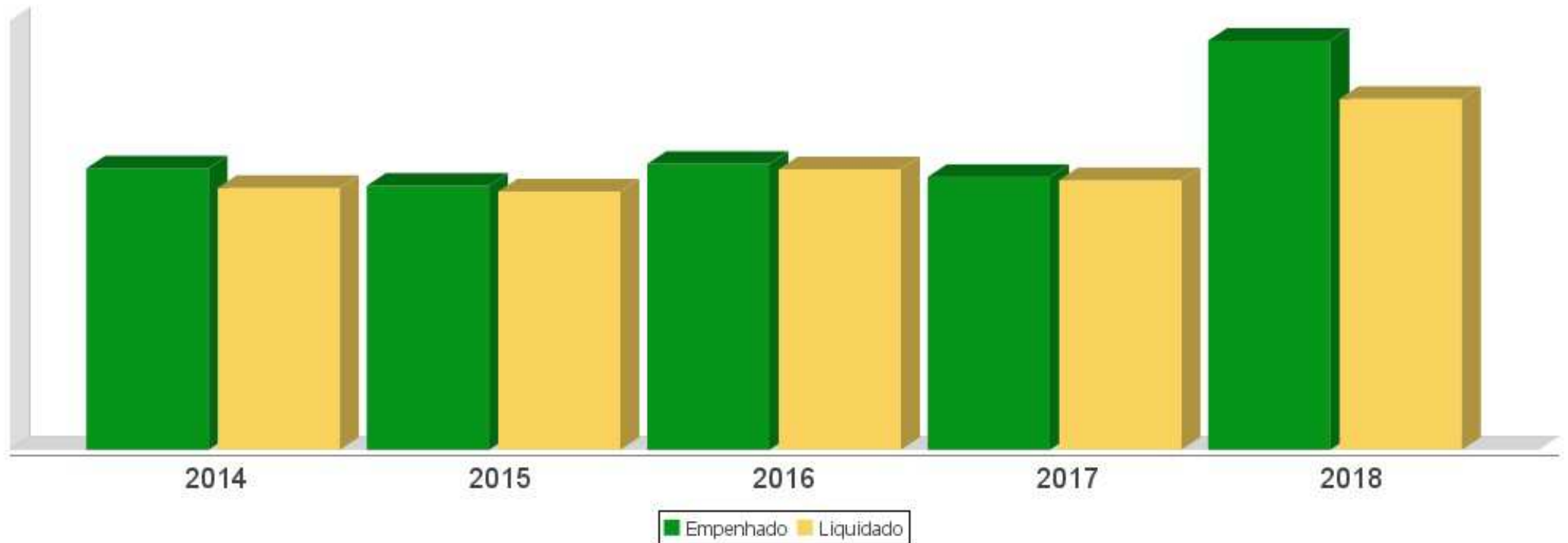
Despesa até 3º Quadrimestre/2018

Despesa Orçamentária	24.462.779,09	20.986.763,34
Média Mensal	2.038.564,92	1.672.173,28

DESPESA ORÇAMENTÁRIA

Lei 4.320/64, Art. 2º, § 1º e 2º

Evolução da Despesa Orçamentaria Realizada



RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

Lei Complementar nº101/2000, Art. 2º, IV, 'c', § 1º e 3º

LRF, Art. 2º - Para os efeitos desta Lei Complementar, entende-se como:

IV - Receita Corrente Líquida: somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes, deduzidos:

c) na União, nos Estados e nos Municípios, a contribuição dos servidores para o custeio do seu sistema de previdência e assistência social e as receitas provenientes da compensação financeira citada no § 9º do Art. 201 da Constituição.

§ 1º Serão computados no cálculo da receita corrente líquida os valores pagos e recebidos em decorrência da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, e do fundo previsto pelo art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

§ 3º A receita corrente líquida será apurada somando-se as receitas arrecadadas no mês em referência e nos onze anteriores, excluídas as duplicidades.

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

Lei Complementar nº101/2000, Art. 2º, IV, 'c', § 1º e 3º

Receita Corrente Líquida (RCL) Arrecadada em Exercícios Anteriores

Exercício	Valores
2014	14.407.714,51
2015	15.720.782,42
2016	17.212.750,83
2017	17.560.913,71

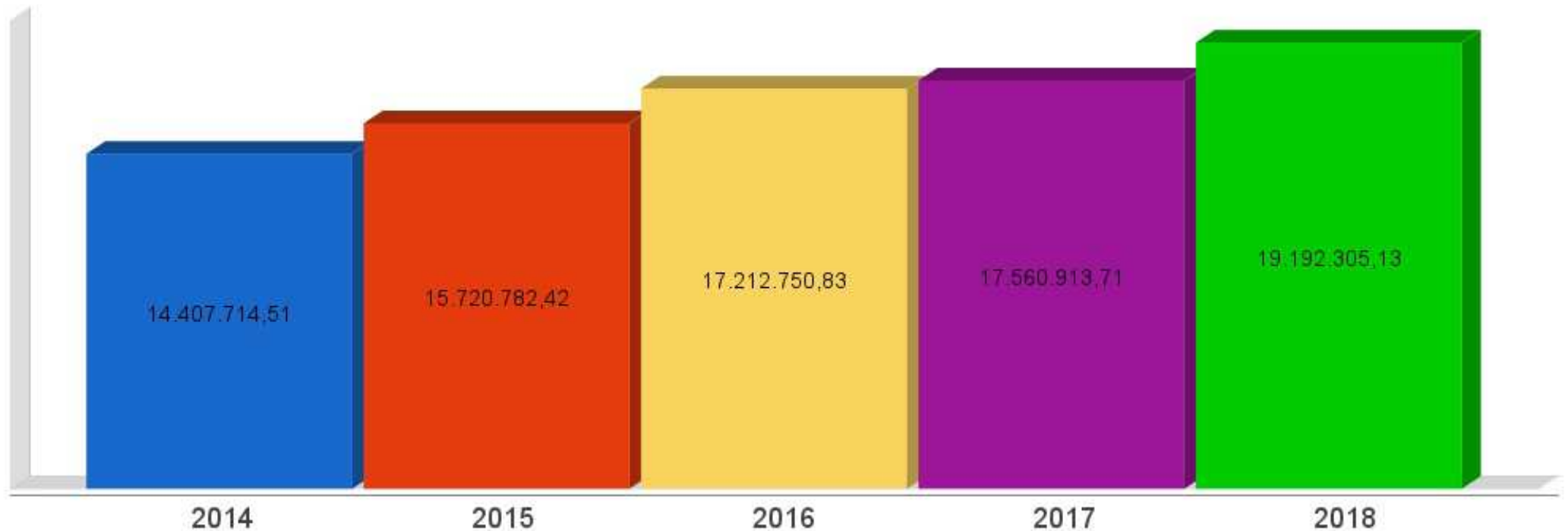
Receita Corrente Líquida Arrecadada até 3º Quadrimestre/2018

Receita Corrente Líquida	19.192.305,13
Média Mensal	1.599.358,76

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

Lei Complementar n°101/2000, Art. 2º, IV, 'c', § 1º e 3º

Evolução da Receita Corrente Líquida (RCL)



EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 52

LRF, Art. 52 - O relatório a que se refere o § 3º do Art. 165 da Constituição abrangerá todos os Poderes e o Ministério Público, será publicado até trinta dias após o encerramento de cada bimestre e composto de:

I - balanço orçamentário, que especificará, por categoria econômica, as:

- a) receitas por fonte, informando as realizadas e a realizar, bem como a previsão atualizada;
- b) despesas por grupo de natureza, discriminando a dotação para o exercício, a despesa liquidada e o saldo;

II - demonstrativos da execução das:

- a) receitas, por categoria econômica e fonte, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada no bimestre, a realizada no exercício e a previsão a realizar;
- b) despesas, por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando dotação inicial, dotação para o exercício, despesas empenhada e liquidada, no bimestre e no exercício;
- c) despesas, por função e subfunção.

§ 1º Os valores referentes ao refinanciamento da dívida mobiliária constarão destacadamente nas receitas de operações de crédito e nas despesas com amortização da dívida.

§ 2º O descumprimento do prazo previsto neste artigo sujeita o ente às sanções previstas no § 2º do Art. 51.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 52

Receitas Arrecadadas	
Receitas Correntes (I)	19.192.305,13
Receita Tributária	2.260.441,02
Receita de Contribuições	239.474,99
Receita Patrimonial	114.462,99
Receita Agropecuária	0,00
Receita Industrial	0,00
Receita de Serviços	106.388,15
Transferências Correntes	18.743.921,02
(-) Deduções das Transferências Correntes	-2.588.647,66
Outras Receitas Correntes	316.264,62
Receitas de Capital (II)	3.376.929,08
Operações de Crédito	1.522.986,81
Alienação de Bens	53.385,00
Amortização de Empréstimos	0,00
Transferências de Capital	1.800.557,27
Outras Receitas de Capital	0,00
Total (III) = (I+II)	22.569.234,21

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 52

Despesas Liquidadas Por Função de Governo	
04 - Administracao	2.199.933,31
05 - Defesa Nacional	31.665,70
08 - Assistencia Social	841.596,89
09 - Previdencia Social	12.402,00
10 - Saude	5.912.945,11
12 - Educacao	5.693.216,83
13 - Cultura	424.606,54
15 - Urbanismo	3.556.197,35
20 - Agricultura	135.798,59
22 - Indústria	0,00
26 - Transporte	1.263.689,82
27 - Desporto e Lazer	296.226,27
28 - Encargos Especiais	618.484,93
99 - Reserva de Contingencia	0,00
Total (IV)	20.986.763,34

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

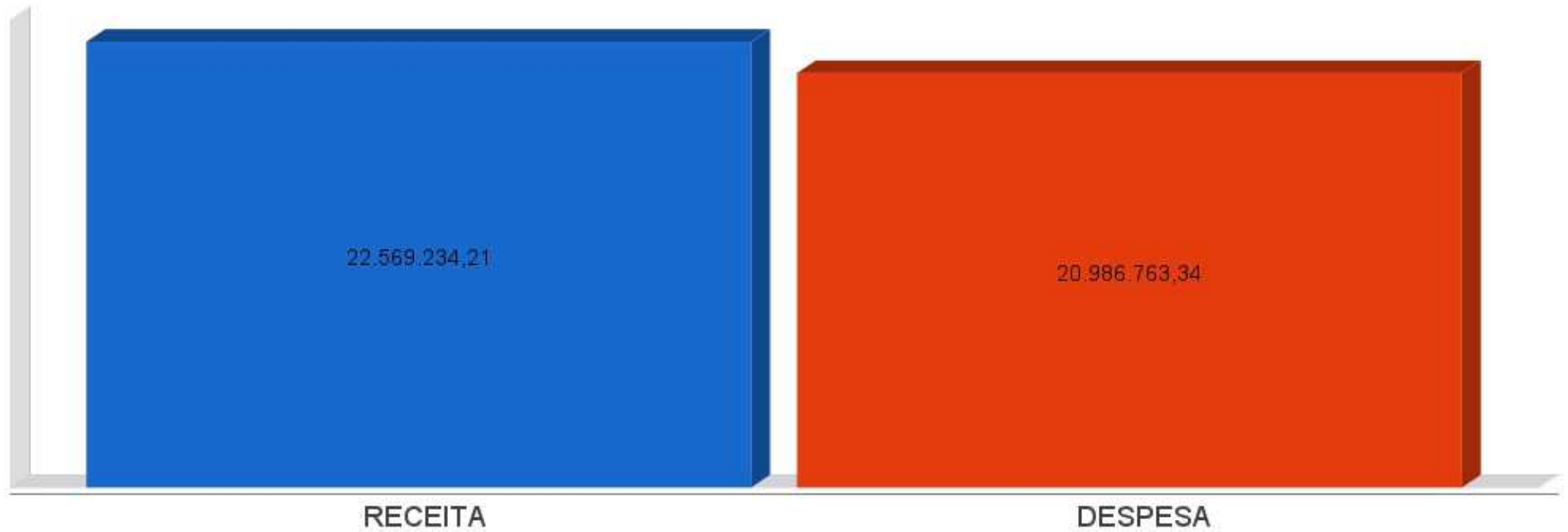
Lei Complementar nº 101/2000, Art. 52

Execução Orçamentária e Financeira

Superávit Financeiro do Exercício Anterior (V)	0,00
Superávit Financeiro Apurado Até o Quadrimestre (VI) = (III-IV)	1.582.470,87
Restos a Pagar Não Processados (VIII)	3.476.015,75
Déficit (VII) = (V + VI - VIII)	-1.893.544,88

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 52



METAS DE ARRECADAÇÃO

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 8º e Art. 13

LRF, Art. 8º - Até trinta dias após a publicação dos orçamentos, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias e observado o disposto na alínea "c" do inciso I do Art. 4º, o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso.

Parágrafo único. Os recursos legalmente vinculados a finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso.

LRF, Art. 13 - No prazo previsto no Art. 8º, as receitas previstas serão desdobradas, pelo Poder Executivo, em metas bimestrais de arrecadação, com a especificação, em separado, quando cabível, das medidas de combate à evasão e à sonegação, da quantidade e valores de ações ajuizadas para cobrança da dívida ativa, bem como da evolução do montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa.

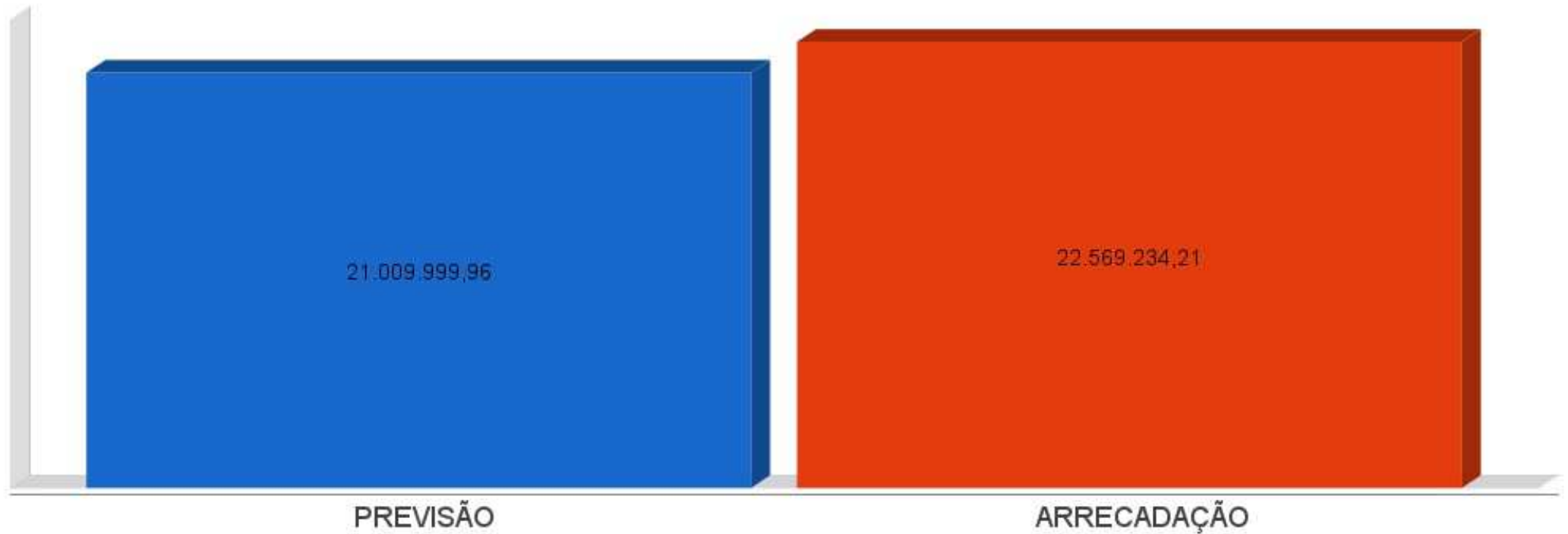
METAS DE ARRECAÇÃO

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 8º e Art. 13

Receitas Orçamentárias	Previsão	Arrecadação	Diferença
Receitas Correntes (I)	21.009.999,96	19.192.305,13	-1.817.694,83
Receita Tributária	2.297.600,04	2.260.441,02	-37.159,02
Receita de Contribuições	110.000,04	239.474,99	129.474,95
Receita Patrimonial	47.799,96	114.462,99	66.663,03
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	212.499,96	106.388,15	-106.111,81
Transferências Correntes	21.495.099,96	18.743.921,02	-2.751.178,94
(-) Deduções das Transferências Correntes	-3.153.000,00	-2.588.647,66	564.352,34
Outras Receitas Correntes	0,00	316.264,62	316.264,62
Receitas de Capital (II)	0,00	3.376.929,08	3.376.929,08
Operações de Crédito	0,00	1.522.986,81	1.522.986,81
Alienação de Bens	0,00	53.385,00	53.385,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	1.800.557,27	1.800.557,27
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
Total (III) = (I+II)	21.009.999,96	22.569.234,21	1.559.234,25

METAS DE ARRECADAÇÃO

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 8º e Art. 13



CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 8º e Art. 13

LRF, Art. 8º - Até trinta dias após a publicação dos orçamentos, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias e observado o disposto na alínea c do inciso I do Art. 4º, o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso.

Parágrafo único. Os recursos legalmente vinculados a finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso.

LRF, Art. 13 - No prazo previsto no Art. 8º, as receitas previstas serão desdobradas, pelo Poder Executivo, em metas bimestrais de arrecadação, com a especificação, em separado, quando cabível, das medidas de combate à evasão e à sonegação, da quantidade e valores de ações ajuizadas para cobrança da dívida ativa, bem como da evolução do montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa.

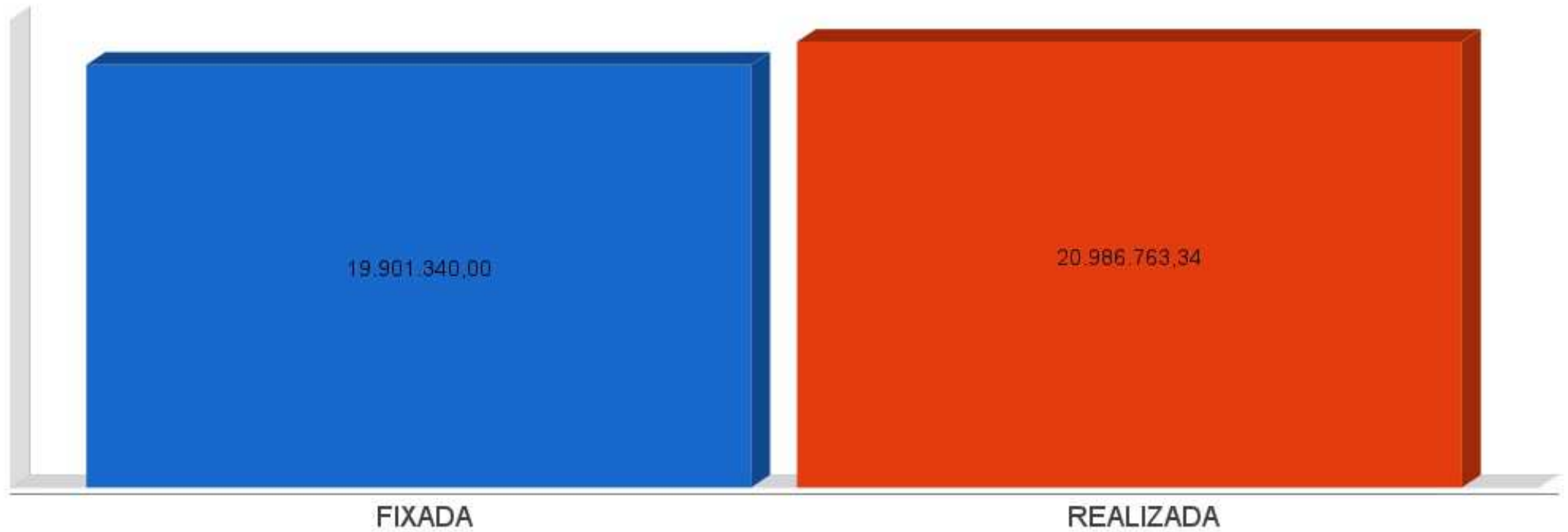
CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 8º e Art. 13

Despesas Orçamentárias	Fixadas	Realizadas	Diferença
Despesas Correntes (I)	17.735.689,92	16.983.456,72	752.233,20
Pessoal e Encargos Sociais	9.918.204,96	9.805.865,38	112.339,58
Juros e Amortização da Dívida	237.000,00	196.392,19	40.607,81
Outras Despesas Correntes	7.580.484,96	6.981.199,15	599.285,81
Despesas de Capital (II)	2.060.600,04	4.003.306,62	-1.942.706,58
Investimentos	1.652.100,00	3.629.634,43	-1.977.534,43
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Fundada Interna	408.500,04	373.672,19	34.827,85
Reserva de contingência (III)	105.050,04	0,00	105.050,04
Reserva de contingência	105.050,04	0,00	105.050,04
Total (IV) = (I+II+III)	19.901.340,00	20.986.763,34	-1.085.423,34

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 8º e Art. 13



META FISCAL DO RESULTADO PRIMÁRIO

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 53, III

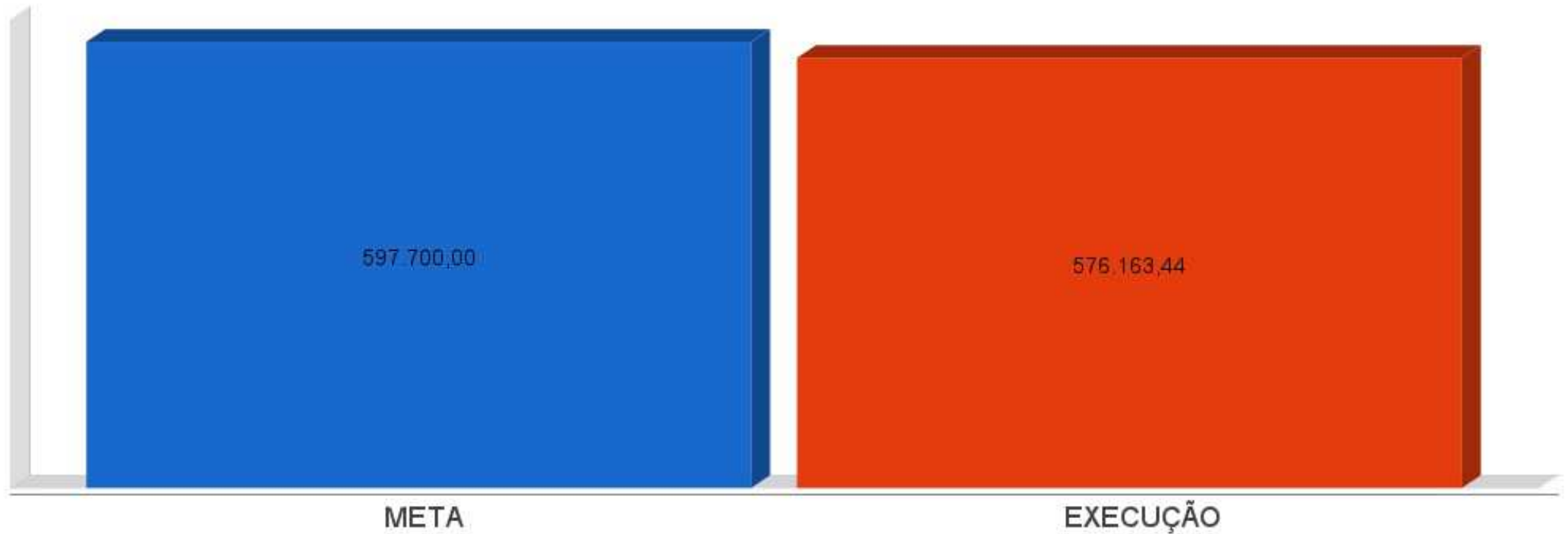
LRF, Art. 53 - Acompanharão o Relatório Resumido demonstrativos relativos a:
III - resultados nominal e primário;

Resultado Primário	Quadrimestre	Até Quadrimestre
Receitas Fiscais (A)	7.135.954,81	20.992.862,40
Despesas Fiscais (B)	8.302.124,94	20.416.698,96
Resto à Pagar Não Processados (C)	0,00	0,00
(A-B-C) = Resultado Primário	-1.166.170,13	576.163,44

Discriminação da Meta Fiscal	Valor Corrente
Meta Fiscal do Resultado Primário Prevista na LDO para o Exercício de Referência	597.700,00
Meta Fiscal do Resultado Primário Realizada no quadrimestre	-1.166.170,13
Meta Fiscal do Resultado Primário Realizada Até o quadrimestre	576.163,44

META FISCAL DO RESULTADO PRIMÁRIO

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 53, III



META FISCAL DO RESULTADO NOMINAL

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 53, III

LRF, Art. 53 - Acompanharão o Relatório Resumido demonstrativos relativos a:
III - resultados nominal e primário;

Dívida Fiscal Líquida	Exercício Anterior	Até Quadrimestre
Dívida Consolidada (I)	2.046.663,06	3.224.951,98
Deduções (II)	3.833.772,12	5.053.577,06
Dívida Consolidada Líquida (III)=(I-II)	0,00	0,00
Receitas De Privatizações (IV)	0,00	0,00
Passivos Reconhecidos (V)	1.436.955,54	0,00
Dívida Fiscal Liquidada (VI)=(III+IV-V)	0,00	0,00

Discriminação da Meta Fiscal	Valor Corrente
Meta Fiscal do Resultado Nominal Prevista na LDO para o Exercício de Referência	-317.396,61
Meta Fiscal do Resultado Nominal Realizada Até o Quadrimestre	0,00

META FISCAL DO RESULTADO NOMINAL

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 53, III



APLICAÇÃO DE RECURSOS EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ADCT, Art. 77, III e Emenda Constitucional nº29 de 13/09/2000

EC 29/2000, Art. 7º - O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar acrescido do seguinte Art. 77:

"III - no caso dos Municípios e do Distrito Federal, quinze por cento do produto da arrecadação dos impostos a que se refere o Art. 156 e dos recursos de que tratam os Art's. 158 e 159, inciso I, alínea b e § 3º."

Receita bruta de Impostos e Transferências (I)	14.830.751,13
Despesas por função/subfunção (II)	6.001.365,99
Deduções (III)	1.785.665,40
Despesas para efeito de cálculo (IV) = (II-III)	4.215.700,59
Mínimo a ser aplicado	2.224.612,75
Aplicado à maior	1.991.087,84
Percentual aplicado = (IV) / (I) x 100	28,43

APLICAÇÃO DE RECURSOS EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ADCT, Art. 77, III e Emenda Constitucional nº29 de 13/09/2000



APLICAÇÃO DE RECURSOS NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

Constituição Federal, Art. 212 e LDB, Art. 72

CF, Art. 212 - A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

LDB, Art. 72 - As receitas e despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino serão apuradas e publicadas nos balanços do Poder Público, assim como nos relatórios a que se refere o § 3º do Art. 165 da Constituição Federal.

Receita bruta de Impostos e Transferências (I)	15.577.118,14
Despesas por função/subfunção (II)	5.338.552,09
Deduções (III)	811.993,26
Resultado líquido da transf. do FUNDEB (IV)	283.701,76
Despesas para efeito de cálculo (V) = (II-III-IV)	4.242.804,07
Mínimo a ser aplicado	3.894.279,25
Aplicado à Maior	348.577,82
Percentual aplicado = (V) / (I) x 100	27,24

APLICAÇÃO DE RECURSOS NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

Constituição Federal, Art. 212 e LDB, Art. 72



APLICAÇÃO DE 60% DOS RECURSOS DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

ADCT, Art. 60, XII, MP 339/2006, EC 53/2006 e Lei Federal nº9.424/96

Receita do FUNDEB (I)	2.876.803,31
Despesas (II)	2.876.803,31
Mínimo a ser Aplicado	1.726.081,88
Aplicado à Maior	1.150.721,44
Percentual Aplicado = (II) / (I) x 100	100,00

APLICAÇÃO DE 60% DOS RECURSOS DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

ADCT, Art. 60, XII, MP 339/2006, EC 53/2006 e Lei Federal nº9.424/96



DESPESAS COM PESSOAL DO PODER EXECUTIVO

Constituição Federal, Art. 169, *caput*
Lei Complementar nº101/2000, Art. 19, III e Art. 20, III

CF, Art. 169 - A despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar.

LRF, Art. 19 - Para os fins do disposto no caput do Art. 169 da Constituição, a despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida, a seguir discriminados:

III - Municípios: 60% (sessenta por cento)

LRF, Art. 20 - A repartição dos limites globais do Art. 19 não poderá exceder os seguintes percentuais:

III - na esfera municipal:

a) 6% (seis por cento) para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Município, quando houver;

b) 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Executivo.

DESPESAS COM PESSOAL DO PODER EXECUTIVO

Constituição Federal, Art. 169, *caput*
Lei Complementar nº101/2000, Art. 19, III e Art. 20, III

Receita Corrente Líquida Arrecadada nos Últimos 12 (doze) Meses (I)	19.192.305,13
Despesa Líquida com Pessoal Realizada nos Últimos 12 (doze) Meses (II)	9.725.730,01
Limite Prudencial - 51,30%	9.845.652,53
Limite Máximo - 54,00%	10.363.844,77
Percentual aplicado = (II) / (I) x 100	50,68

DESPESAS COM PESSOAL DO PODER EXECUTIVO

Constituição Federal, Art. 169, *caput*
Lei Complementar nº101/2000, Art. 19, III e Art. 20, III



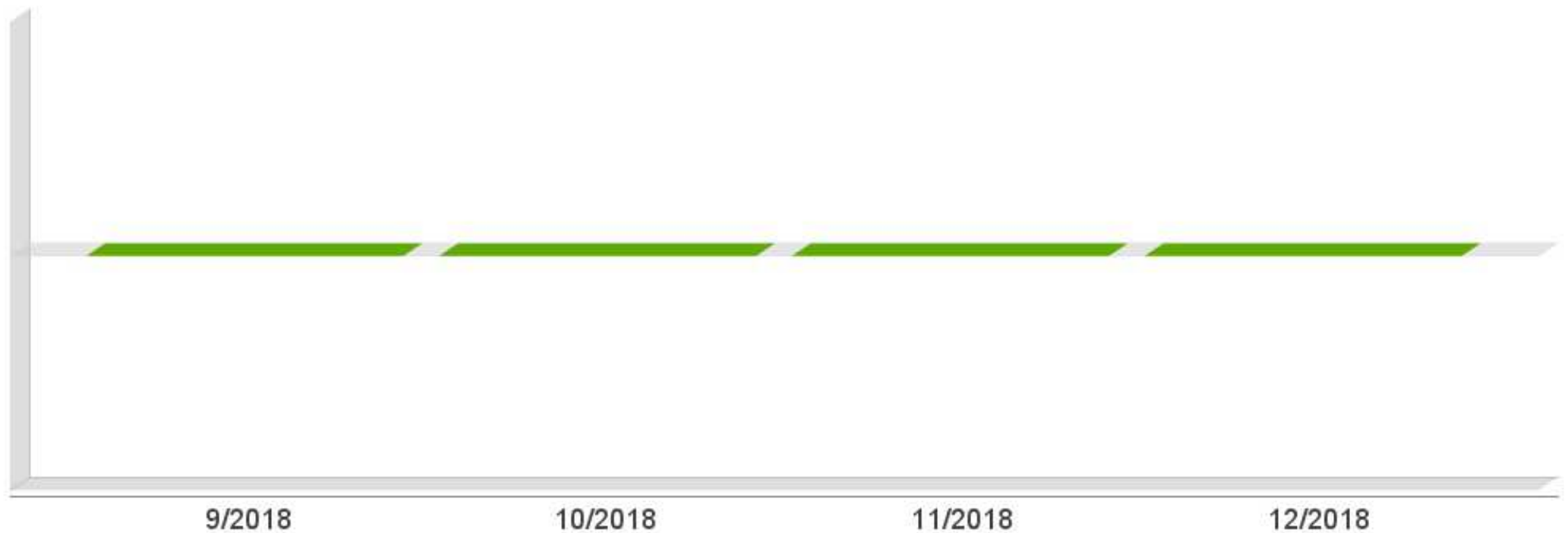
DESPESAS COM PESSOAL DO PODER LEGISLATIVO

Constituição Federal, Art. 169, *caput*
Lei Complementar nº101/2000, Art. 19, III e Art. 20, III

Receita Corrente Líquida Arrecadada nos Últimos 12 (doze) Meses (I)	19.192.305,13
Despesa Líquida com Pessoal Realizada nos Últimos 12 (doze) Meses (II)	0,00
Limite Prudencial - 5,70%	1.093.961,39
Limite Máximo - 6,00%	1.151.538,31
Percentual aplicado = (II) / (I) x 100	0,00

DESPESAS COM PESSOAL DO PODER LEGISLATIVO

Constituição Federal, Art. 169, *caput*
Lei Complementar nº101/2000, Art. 19, III e Art. 20, III



DESPESAS COM PESSOAL CONSOLIDADO

Constituição Federal, Art. 169, *caput*
Lei Complementar nº101/2000, Art. 19, III e Art. 20, III

Receita Corrente Líquida Arrecadada nos Últimos 12 (doze) Meses (I)	19.192.305,13
Despesa Líquida com Pessoal Realizada nos Últimos 12 (doze) Meses (II)	9.725.730,01
Limite Prudencial - 57,00%	10.939.613,92
Limite Máximo - 60,00%	11.515.383,08
Percentual aplicado = (II) / (I) x 100	50,68

DESPESAS COM PESSOAL CONSOLIDADO

Constituição Federal, Art. 169, *caput*
Lei Complementar nº101/2000, Art. 19, III e Art. 20, III



RESTOS A PAGAR

Lei Complementar nº101/2000, Art. 55, III, alínea “b”

LRF, Art. 55. O relatório conterà:

III - demonstrativos, no último quadrimestre:

b) da inscrição em Restos a Pagar, das despesas:

1) liquidadas;

2) empenhadas e não liquidadas, inscritas por atenderem a uma das condições do inciso II do art. 41;

3) empenhadas e não liquidadas, inscritas até o limite do saldo da disponibilidade de caixa;

4) não inscritas por falta de disponibilidade de caixa e cujos empenhos foram cancelados;

RESTOS A PAGAR

Lei Complementar nº101/2000, Art. 55, III, alínea “b”

Unidade Gestora: Município de Ibema	Valores
Restos A Pagar Não Processados (I)	0,00
(+) Inscrições do Exercício Anterior	187.012,91
(+) Inscritos em Exercícios Anteriores	70.055,15
(-) Cancelamentos	81.051,77
Restos a Pagar a Liquidar	0,00
Restos a Pagar em Liquidação	0,00
Restos a Pagar Liquidado a Pagar	0,00
(-) Restos a Pagar Pagos	176.016,29
(+) Inscrição do Exercício de 2018	0,00
Restos Processados (II)	0,00
(+) Inscrições do Exercício Anterior	274.439,17
(+) Inscritos em Exercícios Anteriores	0,00
(-) Cancelamentos	43,07
Restos a Pagar	0,00
(-) Restos Pagos	274.396,10
(+) Inscrição do Exercício de 2018	0,00
Saldo a Pagar (I+II)	0,00

ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES DE INVESTIMENTOS PREVISTAS NA LDO E LOA

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 9º, § 4º

LRF, Art. 59 - O Poder Legislativo, diretamente ou com o auxílio dos Tribunais de Contas, e o sistema de controle interno de cada Poder e do Ministério Público, fiscalizarão o cumprimento das normas desta Lei Complementar, com ênfase no que se refere a:

I - Cumprimento das metas estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias.

Unidade Gestora: 01 - Município de Ibema					
Projeto/Atividade	Previsão	Suplementações	Anulações	Execução	Saldo atual
1001 - Pavimentação Asfáltica	600.000,00	3.393.859,06	450.594,67	3.324.240,26	219.024,13
1002 - Aquisição de Caminhões para a Viação	300.000,00	287.000,00	297.000,00	257.900,00	32.100,00
1003 - Aquisição de Veículos para a Viação	70.000,00	43.000,00	67.805,62	43.800,00	1.394,38
1004 - Aquisição de Veículo para o Gabinete do Prefeito	200.000,00	0,00	200.000,00	0,00	0,00
1005 - Construção de Barracão Industrial	200.000,00	0,00	200.000,00	0,00	0,00
1006 - Aquisição de Veículos para o Transporte Sanitário					

	0,00	385.076,71	0,00	302.760,00	82.316,71
1007 - Aquisição de Veículo para o Transporte Escolar					
	0,00	228.912,00	0,00	228.912,00	0,00
1008 - Pavimentação de Vias com Pedras Irregulares					
	100.000,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00
1009 - Recapeamento Asfáltico sobre Calçamento Poliédrico - Linha G					
	0,00	1.232.821,22	0,00	925.433,09	307.388,13
1010 - Reforma do Ginásio de Esportes Francisco Natel de Camargo					
	0,00	113.400,00	0,00	101.212,20	12.187,80
1011 - Aquisição de Equipamentos para Atenção Básica					
	0,00	373.004,88	0,00	61.760,00	311.244,88
1012 - Recapeamento Asfáltico					
	0,00	593.885,27	75.000,00	486.683,43	32.201,84
1013 - Pavimentação Poliédrica e Terraceamento - Estrada Pouso Aleg					
	0,00	767.800,00	2.800,00	575.765,89	189.234,11
1014 - Aquisição de Equipamentos para Fisioterapia					
	0,00	40.000,00	0,00	30.410,22	9.589,78
1015 - Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde					
	0,00	190.000,00	0,00	188.000,00	2.000,00
1016 - Estruturação da Atenção a Saúde Bucal					
	0,00	50.000,00	0,00	50.000,00	0,00
1017 - Reformar Unidade Básica de Saúde					
	0,00	50.000,00	0,00	44.392,47	5.607,53
1021 - Revitalização da Capela Mortuária					

	0,00	60.000,00	0,00	38.166,00	21.834,00
1022 - Reforma de Barracão de Triagem de Resíduos	0,00	150.000,00	0,00	138.207,73	11.792,27
1034 - Reforma do Centro Cultural	0,00	11.000,00	0,00	10.361,29	638,71
1079 - Implantação do Parque Ambiental	0,00	88.221,78	0,00	88.221,78	0,00
5001 - Ampliação das Instalações do Programa Juventude Cidadã	0,00	140.454,03	0,00	115.699,37	24.754,66
9999 - Gestão da Reserva de Contingência	105.050,00	0,00	0,00	0,00	105.050,00
0001 - Gestão da Dívida Pública Municipal	480.000,00	10.000,00	16.763,21	417.968,34	55.268,45
0002 - Gestão do Pasep	212.070,00	500,00	0,00	200.516,59	12.053,41
0003 - Gestão da Dívida Pública Municipal da Educação	160.000,00	10.000,00	15.000,00	150.709,68	4.290,32
2002 - Gestão do Gabinete do Prefeito	321.790,00	0,00	78.000,00	237.003,43	6.786,57
2003 - Gestão da J.S.M., da Polícia Civil e Militar	55.450,00	15,00	22.900,00	31.665,70	899,30
2004 - Gestão do Controle Interno	76.020,00	8.230,00	2.000,00	82.237,42	12,58
2005 - Gestão do Planejamento					

	74.250,00	110,00	23.800,00	50.408,99	151,01
2006 - Gestão Administrativa e Financeira	1.778.100,00	270.811,72	126.780,45	1.830.283,47	91.847,80
2007 - Gestão de Aposentadorias e Pensões	13.400,00	0,00	0,00	12.402,00	998,00
2008 - Gestão da Agricultura	191.550,00	26.080,00	42.066,31	135.798,59	39.765,10
2009 - Gestão dos Serviços Rodoviários	880.680,00	132.092,23	68.000,00	761.649,57	183.122,66
2010 - Gestão de Serviços Urbanos	458.300,00	275.900,00	65.000,00	619.235,83	49.964,17
2011 - Gestão da Iluminação Pública	460.100,00	129.471,27	12.000,00	470.738,83	106.832,44
2012 - Gestão dos Resíduos Sólidos	460.000,00	0,00	37.800,00	356.871,26	65.328,74
2013 - Gestão da Indústria	22.375,00	0,00	22.375,00	0,00	0,00
2017 - Gestão da Secretaria de Saúde	78.550,00	22.050,00	78.550,00	22.027,68	22,32
2018 - Gestão da Assistência Social	532.850,00	0,00	60.000,00	446.665,94	26.184,06
2019 - Gestão das Conferências Municipais	4.000,00	0,00	0,00	1.000,00	3.000,00
2020 - Gestão do Conselho Tutelar e Instâncias do Controle Social					

	137.500,00	0,00	0,00	117.632,06	19.867,94
2021 - Gestão dos Profissionais do Magistério - Ensino Fundamental					
	1.638.500,00	104.000,00	30.000,00	1.592.773,17	119.726,83
2022 - Gestão do Ensino Fundamental					
	1.181.120,00	215.135,56	60.834,39	1.152.844,11	182.577,06
2023 - Gestão do Transporte Escolar do Ensino Fundamental					
	420.780,00	30.363,47	0,00	336.417,47	114.726,00
2024 - Gestão da Merenda Escolar do Ensino Fundamental					
	195.000,00	15.604,71	50.000,00	117.654,83	42.949,88
2025 - Gestão dos Profissionais do Magistério - Educação Infantil -					
	736.960,00	44.000,00	8.000,00	584.129,13	188.830,87
2026 - Gestão dos Profissionais do Magistério - Educação Infantil -					
	736.775,00	59.600,00	8.000,00	713.037,95	75.337,05
2027 - Gestão da Educação Infantil - Creche					
	223.750,00	19.000,00	12.780,00	168.031,44	61.938,56
2028 - Gestão da Educação Infantil - Pré-Escola					
	263.750,00	19.500,00	56.067,32	130.363,31	96.819,37
2029 - Gestão do Transporte Escolar da Educação Infantil - Creche					
	155.550,00	42.380,26	34.998,26	140.322,53	22.609,47
2030 - Gestão do Transporte Escolar da Educação Infantil - Pré-Esco					
	155.550,00	0,00	35.000,00	79.907,79	40.642,21
2031 - Gestão da Merenda Escolar da Educação Infantil - Creche					
	87.500,00	0,00	10.000,00	49.185,59	28.314,41
2032 - Gestão da Merenda Escolar da Educação Infantil - Pré-Escola					

	87.600,00	0,00	5.139,38	44.972,77	37.487,85
2033 - Gestão dos Profissionais do Magistério - Educação de Jovens	36.300,00	0,00	14.500,00	0,00	21.800,00
2034 - Gestão dos Profissionais do Magistério - Educação Especial	139.300,00	0,00	0,00	117.228,06	22.071,94
2035 - Gestão do Transporte do Ensino Médio e Universitário	100.000,00	0,00	0,00	86.780,00	13.220,00
2036 - Gestão da Biblioteca Pública	36.000,00	33.200,00	0,00	60.661,08	8.538,92
2037 - Gestão do Esporte	199.450,00	22.380,00	0,00	195.014,07	26.815,93
2038 - Gestão do Lazer	6.000,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00
2039 - Gestão da Atenção Básica	1.824.300,00	751.082,07	299.611,98	2.068.086,18	207.683,91
2040 - Gestão do PAB Fixo	180.500,00	203.753,79	180.500,00	69.104,36	134.649,43
2041 - Gestão dos Agentes Comunitários de Saúde	158.300,00	96.000,00	99.396,18	136.617,16	18.286,66
2042 - Gestão da Saúde da Família	135.000,00	87.591,29	94.260,39	104.980,11	23.350,79
2043 - Gestão do SUS	7.000,00	9.340,14	0,00	0,00	16.340,14
2044 - Gestão do Hospital Municipal					

	1.673.450,00	451.708,93	197.000,00	1.707.663,05	220.495,88
2045 - Gestão do Consórcio - CISOP					
	300.000,00	162.000,00	50.000,00	406.189,53	5.810,47
2046 - Gestão do Consórcio - CONSAMU					
	207.000,00	42.357,34	16.702,43	232.654,91	0,00
2047 - Gestão da Vigilância Sanitária					
	45.090,00	145.276,13	30.000,00	74.762,48	85.603,65
2048 - Gestão da Vigilância Epidemiológica					
	112.850,00	135.000,00	63.577,28	94.472,14	89.800,58
2049 - Gestão dos Serviços de Proteção Social Básica					
	302.500,00	227.153,79	0,00	210.978,43	318.675,36
2050 - Gestão dos Serviços e Proteção Social Especial					
	77.430,00	1.887,98	0,00	6.302,59	73.015,39
2051 - Gestão dos Benefícios Eventuais e Situações de Emergência					
	50.000,00	19.731,46	0,00	33.946,27	35.785,19
2052 - Gestão da Cultura					
	246.000,00	155.000,00	0,00	356.176,17	44.823,83
2053 - Gestão do NASF - Núcleo de Apoio Saúde da Família					
	0,00	24.000,00	0,00	24.000,00	0,00
2054 - Gestão do Incremento Temporário do PAB					
	0,00	691.908,70	0,00	362.281,58	329.627,12
2055 - Gestão do Programa Saúde na Escola					
	0,00	7.000,00	0,00	6.990,00	10,00
2056 - Gestão da Assistência Farmacêutica					

	0,00	76.091,90	0,00	14.214,12	61.877,78
2057 - Gestão dos Serviços de Proteção Social Básica a Pessoa Idosa	0,00	50.500,00	0,00	2.224,00	48.276,00
6001 - Gestão dos Serviços de Proteção Social Básica a Criança e ao	180.000,00	45.500,00	51.000,00	25.071,60	149.428,40
6002 - Gestão dos Serviços de Proteção Social Especial a Criança e	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
Total da Unidade	19.901.340,00	13.071.742,69	3.471.602,87	24.462.779,09	5.038.700,73

Total Geral	19.901.340,00	13.071.742,69	3.471.602,87	24.462.779,09	5.038.700,73
--------------------	----------------------	----------------------	---------------------	----------------------	---------------------